

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115-517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sexta Sessão Ordinária

23 - 27 Janeiro 2015

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/869(XXVI)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE AS FONTES
ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO AFRICANA
(RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA
ECONOMIA E FINANÇAS DA UNIÃO AFRICANA)**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

**Reunião do Grupo de Trabalho Ministerial
da CAMEF sobre Fontes Alternativas
de Financiamento da União Africana
Washington DC, EUA
10 de Outubro de 2014**

RELATÓRIO DA REUNIÃO

I. INTRODUCTION

1. A reunião do Grupo Ministerial de Trabalho (MWG) da Conferência dos Ministros Africanos de Economia e das Finanças (CAMEF) sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana (UA) teve lugar na Missão da UA junto dos Estados Unidos da América (EUA) em Washington, DC, EUA, em 10 de Outubro de 2014. Foi presidida pela Ilustre Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra das Finanças da República Federal da Nigéria e Presidente da Mesa da CAMEF.
2. A reunião contou com a participação dos seguintes membros do MWG: Argélia, República democrática do Congo, Egipto, Maurícias, Nigéria, África do Sul e Tunísia. Participou ainda nesta reunião o Seicheles.
3. Estiveram também representantes da Comissão da União Africana (CUA) e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA).

II. ADOPÇÃO DA AGENDA

4. Foi adoptada a seguinte agenda:
 - a) Observações iniciais e objectivos da reunião - S. E. Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra das Finanças, República Federal da Nigéria
 - b) Discurso de Abertura - S. E. Sr. Erastus Mwencha, Vice-presidente, Comissão da União Africana
 - c) Apresentação do Relatório do Estudo - Dr. Adeyemi Dipeolu, Director, Divisão do Desenvolvimento de Capacidades, Comissão Económica das Nações Unidas para África
 - d) Debate e Recomendações para a Cimeira
 - e) Diversos

III. ABERTURA DA REUNIÃO

5. No seu discurso de boas-vindas, a Ministra destacou o objectivo da reunião e a atribuição dada ao Grupo de trabalho Ministerial (MWG) de fazer recomendações sobre as fontes alternativas de financiamento da UA para consideração pelos Chefes de Estado e de Governo. Ela invocou a reunião dos Ministros das Finanças de Abuja, em Março de 2014, que instou o MWG a encontrar uma solução para fazer face aos desafios orçamentais da UA. Para ajudar o MWG, ela apelou a ECA para realizar um estudo sobre o assunto, que seria apresentado à reunião. Apelou aos Ministros para realizar um debate franco e aberto sobre a questão para que fossem apresentadas propostas concretas à apreciação da Cimeira da UA de Janeiro 2015. Ela concluiu

agradecendo os Ministros pela sua presença e à ECA por preparar o estudo a pedido da Presidente da CUA.

6. O discurso de abertura foi proferido por S.E. Sr. Erastus Mwencha, Vice-presidente da CUA. Ele começou por agradecer aos Ministros por dedicar o seu tempo dentro das suas agendas ocupadas com as reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), para participar na reunião do MWG. Agradeceu igualmente a Ilustre Dra. Ngozi Okonjo-Iweala pela sua liderança ao reunir os Ministros a fim de debater sobre a atribuição dada a eles pela liderança do continente. Ele lembrou a reunião que a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo tinham solicitado à Comissão da UA para ajudar a encontrar fontes de financiamento alternativas sustentáveis e previsíveis para a União. A este respeito, a Comissão realizou uma série de estudos e identificou possíveis fontes de financiamento. Em prosseguimento destes estudos, um Painel de Alto Nível liderado por S.E. Olusegun Obasanjo, antigo Presidente da República Federal da Nigéria, foi constituído com a missão de consultar os Chefes de Estado e de Governo sobre o assunto. O painel desencadeou amplas consultas e recomendou o uso das seguintes duas opções: uma taxa de 2 dólares de hospitalidade por estadia no hotel; e uma taxa de 10 dólares em passagens aéreas para voos internacionais de ou para África

7. A Conferência aprovou o relatório do painel, em princípio, na sua vigésima primeira Sessão Ordinária realizada em Maio de 2013, em Adis Abeba, Etiópia. Solicitou também a Conferência dos Ministros das Finanças e de Planificação Económica a rever urgentemente o relatório e propor modalidades de implementação de diferentes opções, incluindo a exploração do aumento das contribuições estatutárias e outras propostas adicionais dos Estados Membros. Os Ministros foram solicitados a apresentarem um relatório à Conferência na sua Sessão Ordinária em Janeiro 2014.

8. Na sequência da Decisão da Conferência, a CUA apresentou um relatório sobre as modalidades de implementação das duas opções nas Sétimas Reuniões Anuais Conjuntas da Comissão Económica para África (CEA) e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico e da Conferência da UA dos Ministros da Economia e das Finanças, realizada em Março de 2014, em Abuja. Os Ministros tomaram nota do relatório, discutiram-no profundamente e decidiram criar um grupo de trabalho ministerial. Espera-se que o MWG faça recomendações à Cimeira da UA sobre as duas opções propostas pelo Painel de Alto Nível, bem como outras opções. Ele instou os Ministros a apresentar propostas para apreciação pela Conferência para que a União possa desmamar-se da dependência de parceiros externos para financiar o seu orçamento.

IV. DELIBERAÇÕES

Apresentação

9. O Dr. Adeyemi Dipeolu, Director, Divisão de Desenvolvimento de Capacidade na UNECA, apresentou um estudo realizado pela UNECA, intitulado "Fontes de Financiamento Alternativas para a União Africana: Implementação das Opções". Ele observou que as estimativas orçamentais actuais mostraram que 28 por cento orçamento de programas e de funcionamento da AU para 2015 seria financiado pelos Estados Membros e os restantes 72 por cento pelos parceiros externos. A actual fórmula do orçamento sugeria que a UA era fortemente dependente de parceiros externos e isto poderia comprometer a execução dos seus programas, uma vez que qualquer restrição fiscal vivida pelas economias dos parceiros pode afectar a sua contribuição para o orçamento.

10. Ele invocou a reunião que os Chefes de Estado e de Governo reconheceram a necessidade de tirar a AU da dependência externa e de dotar a União com recursos adequados, confiáveis e previsíveis para apoiar a implementação de seus programas e actividades. À luz disso, o estudo propôs que os Estados Membros cubram gradualmente o orçamento total da UA através de uma fórmula: 100 por cento do orçamento de funcionamento, 75 por cento do orçamento de programas e 25 por cento do orçamento de Operações de Apoio à Paz.

11. O estudo observou que a adopção da fórmula proposta levaria a um aumento nas contribuições estatutárias dos Estados Membros. Portanto, sugeriu que os Estados Membros pudessem considerar o aumento das contribuições estatutárias através da mobilização de recursos que não são da tesouraria. Para mobilizar tais recursos, o estudo sugeriu que os Estados Membros pudessem, dentre outros instrumentos, considerar a adopção de uma taxa de 10 dólares em passagens aéreas internacionais de e para África; uma taxa de 2 dólares de hospitalidade; e uma taxa sobre SMS. Os Estados Membros poderiam potencialmente angariar em 2015, 2016 e 2017, respectivamente, 431 milhões de dólares, 485 milhões de dólares e 546 milhões de dólares resultantes da cobrança da taxa de 10 dólares; 151 milhões de dólares, 167 milhões de dólares e 184 milhões de dólares da taxa de hospitalidade de 2 dólares; e 872 milhões de dólares, 1,17 bilhões de dólares, 1,6 bilhões de dólares proveniente da taxa sobre SMS.

12. O estudo sugeriu que, alternativamente, os Estados Membros da UA poderiam aumentar as suas contribuições estatutárias. Além disso, o desejo da liderança da UA era de que as contribuições estatutárias dos Estados Membros se baseassem em quatro princípios a saber, equidade, previsibilidade, flexibilidade e conformidade.

13. Aplicando o princípio da equidade e da solidariedade, o estudo também considerou um cenário em que os países foram agrupados em três categorias: 60 por cento do orçamento coberto igualmente pelos países com participação no PIB Continental superior a 4 por cento; 25 por cento do orçamento igualmente contribuído

por países com participação no PIB Continental entre 1 e 4 por cento; e 15 por cento do orçamento coberto por países com participação no PIB Continental inferior a 1 por cento. Seis países (Argélia, Angola, Egito, Líbia, Nigéria e África do Sul), a primeira categoria, igualmente compartilham 60 por cento do orçamento da UA; a próxima, composta por 12 países (Camarões, República do Congo, Etiópia, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Quênia, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda e Zâmbia) a segunda categoria, participam com 25 por cento do orçamento; e os restantes 36 Estados Membros, a terceira categoria, participam com 15 por cento do orçamento.

14. Independentemente da opção que for escolhida, havia necessidade de os Estados Membros pagar as suas contribuições a tempo, de modo a garantir uma planificação adequada. O estudo, portanto, propôs que o cumprimento deva ser reforçado.

15. O estudo concluiu com as seguintes recomendações:

- (a) A UA foi instada a cobrir a maior parte do seu orçamento através de adopção de uma fórmula orçamental na qual a União cobre 100 por cento do orçamento de funcionamento, 75 por cento do orçamento dos programas e 25 por cento do orçamento para operações de apoio à paz a ser faseada em cinco anos a partir de 2016;
- (b) No âmbito da nova fórmula de orçamento, cada Estado Membro continuaria a apoiar o orçamento da UA através do pagamento de suas contribuições estatutárias;
- (c) Os Estados Membros poderão continuar a pagar as suas contribuições estatutárias a partir de sua tesouraria ou mobilizar recursos adicionais, utilizando qualquer uma das três opções acima sugeridas;
- (d) Com vista a assegurar a solidariedade, a UA foi instada a agrupar os países em três categorias, com o grupo de países com a maior participação no PIB a pagar uma parcela maior das contribuições para o orçamento da UA, com um tecto fixado de tal forma que a contribuição de qualquer Estado Membro não exceda 12 por cento do total do orçamento da UA; e
- (e) A UA deve desenvolver uma capacidade de recolha das contribuições obrigatórias e reforçar o seu cumprimento.

Debates

16. A reunião agradeceu a CEA pelo relatório. Em geral, a reunião apoiou as conclusões do estudo. Todavia, foi indicado que os Estados Membros devem ser flexíveis na escolha de qualquer uma das opções para as suas contribuições para o orçamento da UA. A reunião também concordou que os Estados Membros podem decidir continuar a pagar as suas contribuições estatutárias da sua tesouraria ou de quaisquer outras opções da sua preferência.

17. A reunião também apelou a Comissão da UA para reforçar o seu mecanismo de recolha das contribuições dos Estados Membros. Ela apelou igualmente para o uso prudente dos recursos providenciados pelos Estados Membros.

V. RECOMENDAÇÕES

18. Depois de uma deliberação exaustiva, a reunião acordou no seguinte:

- (a) A necessidade da UA cobrir a maior parte do seu orçamento através da adopção de uma fórmula orçamental onde ela cobre 100 por cento do orçamento de funcionamento, 75 por cento do orçamento dos programas e 25 por cento do orçamento para operações de apoio à paz a ser faseada em cinco anos a partir de 2016;
- (b) Os Estados Membros mobilizam recursos não financeiros para apoiar contribuições estatutárias através de adopção de uma taxa sobre as passagens aéreas internacionais com origem em ou fora de África; taxa de hospitalidade; e uma taxa sobre SMS. No entanto, os Estados Membros podem decidir continuar a pagar as suas contribuições estatutárias a partir de sua tesouraria ou quaisquer outras opções que eles venham a preferir.
- (c) Que os Estados Membros sejam agrupados em três categorias: 60 por cento do orçamento coberto igualmente pelos países com participação no PIB Continental superior a 4 por cento; 25 por cento do orçamento igualmente contribuído por países com participação no PIB Continental entre 1 e 4 por cento; e 15 por cento do orçamento coberto por países com participação no PIB Continental inferior a 1 por cento;
- (d) A UA deve criar a capacidade de cobrança das contribuições estatutárias e reforçar o cumprimento¹. Neste contexto, a UA deve contactar o Banco Africano de Desenvolvimento sobre a possibilidade de desenvolver um mecanismo de cobrança eficaz;
- (e) Que o relatório da reunião de Washington, DC seja distribuído a todos os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros: e
- (f) De acordo com o mandato dado ao MWG, o relatório da reunião de Washington DC deve ser submetido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA na sua próxima reunião.

¹ Tunísia interpôs uma reserva sobre as conclusões da reunião.

VI. ENCERRAMENTO

19. A Presidente encerrou a reunião agradecendo a participação dos Ministros e apelou ao Secretariado para distribuir o relatório da reunião por via electrónica a todos os membros do Grupo de Trabalho Ministerial.

2015

Report of the commission on
alternative sources of financing the
African Union (recommendation of the
AU conference of ministers of
economy and finance)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4635>

Downloaded from African Union Common Repository